

Japão desqualifica créditos do Brasil

NOVA YORK — Os maiores bancos japoneses desqualificaram ontem parte dos créditos concedidos ao Brasil e outros países sul-americanos, segundo a agência de notícias **Ansa**. Isso significa que, a partir de agora, os empréstimos desses bancos ao Brasil passam a ser considerados como praticamente perdidos, exigindo o aumento das reservas para fazer fren-

te ao prejuízo quase certo. Um banqueiro japonês disse em Nova York que a decisão afeta de 80 a 90% dos créditos concedidos pelos bancos japoneses ao Brasil — estimados em US\$ 8,9 bilhões — e parte dos financiamentos ao Peru e Equador.

Entretanto, um funcionário da filial de um banco japonês nos Estados Unidos previu que serão afe-

tados entre 30 e 60% dos créditos destinados pelo Japão ao Brasil. Segundo o funcionário, em 11 de agosto passado os bancos japoneses foram aconselhados pelo Ministério de Finanças nipônico a desqualificar o débito relativo ao Brasil. A medida foi considerada nos meios financeiros conseqüência da moratória decretada pelo Brasil e por limitações nos paga-

mentos decididos pelo Equador e Peru.

Em Tóquio, informou-se que o Japão destinará US\$ 737 milhões à Argentina e US\$ 50 milhões à Bolívia, como parte do plano de reajuste de seus excedentes monetários a ser aplicado nos países em desenvolvimento ou com problemas de endividamento externo. O plano, envolvendo US\$ 20 bilhões, havia sido anunciado em junho pelo pri-

meiro-ministro Yasuhiro Nakasone.

Segundo o ministério japonês para assuntos exteriores, o dinheiro para aqueles países “já está comprometido” com instituições financeiras internacionais e deverá ser pago a longo prazo, com baixa taxa de juros. Será aplicado em projetos de infra-estrutura e desenvolvimento.

Os recursos serão repassados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, sem vinculação com os empréstimos comerciais ou a ajuda financeira oficial japonesa e o país beneficiário não ficará obrigado a fazer compras do Japão.

Dos US\$ 20 bilhões do Plano Nakasone, US\$ 4 bilhões destinam-se à América Latina e deverão ser aplicados nos próximos três anos.